

Exmo. Senhor **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Palácio de Belém
Calçada da Ajuda
1349-022 LISBOA

Ofício nº63 /2016

Espinho, 07 de julho de 2016

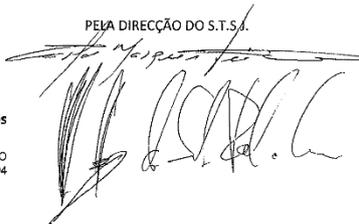
ASSUNTO: REFLEXÃO DO STSJ SOBRE OS CASINOS PORTUGUESES

Exmo. Senhor Presidente da República:

Junto enviamos uma reflexão deste Sindicato sobre os casinos portugueses pois entendemos que o assunto é grave e demasiado importante e não se pode continuar a olhar para o lado.

Está-se a criar jovens com o vício do jogo, pois divertem-se gastando o dinheiro dos pais e dos avós, com facilidade excessiva de acesso e publicidade enganosa de que é um meio fácil de fazer dinheiro.

Com os nossos melhores cumprimentos.

PELA DIRECÇÃO DO S.T.S.J.

Sind. Trab. das Salas de Jogos
S.T.S.J.
Rua 15, n.º 541 - 1.º * 4500 ESPINHO
Tel.: 22 734 68 91 - Fax: 22 731 20 94
Tlm. 914 311 168

REFLEXÃO DO STSJ SOBRE OS CASINOS PORTUGUESES

Há vários anos que o Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos (STSJ) luta contra a sucessiva desregulação do jogo nos Casinos. Reconhecemos que, até hoje, a nossa luta não tem tido qualquer sucesso.

Desde 1989, com a entrada em vigor das novas concessões, o Estado passou a ser parceiro no negócio, ficando com direito a cinquenta por cento na maioria dos Casinos. Com estes cinquenta por cento ficou obrigado a participar nas obras de remodelação a efetuar nos Casinos, assim como na aquisição de todo o material para a prática do jogo.

Foram então colocados nos Casinos, em média, doze Inspetores de forma residente, “auferindo para além do salário, ajudas de custo diárias, pagamento de horas noturnas (ao contrário dos trabalhadores a quem não é reconhecido o pagamento pelo trabalho noturno) entre outras mordomias”.

Os Concessionários de jogo passaram a ter uma lógica de constantes remodelações, com orçamentos faraónicos, assim como aquisição de todo o tipo de equipamento, que muito contribuiu para eliminar postos de trabalho. Tínhamos assim um Estado a receber mais milhões, mas Concessionários a recuperá-los pela via das obras e aquisições. Isto coloca-nos uma dúvida pertinente: será que o Estado ganhou com esta nova modalidade?

O jogo das Máquinas florescia, começando a tornar-se na “verdadeira galinha dos ovos de ouro” e, por isso, era importante dinamizar o negócio e fomentar o acesso livre ao jogo. Logo, o Governo cedeu à vontade dos Concessionários, eliminando a identificação até aí necessária para aceder ao jogo das Máquinas, passando a entrada a ser livre. Tudo corria pelo melhor: o Estado a quem estava reservado o direito/dever de regular e, fazer cumprir os regulamentos, através da Inspeção de jogos começava a ceder à lógica do maior lucro.

O caminho estava a ficar “aberto”, mas era ainda necessário avançar para Salas Mistas, de forma a que fosse possível coabitar os dois tipos de jogo: Máquinas e Jogos Tradicionais no mesmo espaço, que até aí eram fisicamente separados, permitindo, dessa forma, que todo o Jogo do Casino passasse a ficar ao alcance de todos sem qualquer restrição. Portugal adotou, então, o jogo tipo Las Vegas, aberto, bem visível, com muitas luzes cintilantes a apelar ao consumo indiscriminado do jogo. Para isso contaram, mais uma vez, com o total apoio do Turismo de Portugal, e do seu serviço de Inspeção de Jogos.



Assim, foi abolido o serviço de Identificação e, mais uns postos de trabalho foram eliminados, apesar de todos os pressupostos, que anteriormente obrigavam a identificação, se tenham mantido inalteráveis (incluindo as normas europeias sobre o branqueamento de capitais que impõem a identificação).

Os Concessionários de Jogo continuam fortemente empenhados na eliminação de postos de trabalho. O grupo Estoril Sol já procedeu a vários despedimentos coletivos e, continua determinado na eliminação constante de postos de trabalho, desrespeitando as categorias profissionais dos seus trabalhadores e os seus conteúdos funcionais. O Concessionário de Jogo Solverde, para lá do mesmo desrespeito pelos seus trabalhadores, é o que mais explora e, aquele que se permite afrontar decisões judiciais não as cumprindo, até hoje impunemente. O Concessionário Varzim Sol, levou a cabo recentemente um despedimento coletivo com um único propósito: a eliminação de dirigentes, delegados e ativistas sindicais. Estes comportamentos têm vindo a ser seguidos pelos restantes Concessionários de Jogo, provocando um enorme desconforto em todos os trabalhadores do Jogo.

Importa dizer que estes comportamentos só têm sido possível com o apoio por parte do Turismo de Portugal e do seu serviço de Inspeção de Jogos. Só assim é possível levar à prática todo o desrespeito pelos conteúdos funcionais dos trabalhadores e pela constante eliminação de postos de trabalho. Como é possível que uma atividade como esta, com enorme impacto na Sociedade, tenha o Turismo de Portugal (entidade, que cerca de setenta por cento da sua receita provem dos Casinos) a tutelar o serviço de Inspeção de Jogos?

Dizem que os Concessionários de Jogo constituem um “lóbi” muito poderoso! É preciso dizer, de forma inequívoca, que todo este poder advém dos muitos milhões, que todos os dias, todos os meses, todos os anos são retirados à Sociedade e à economia real! Não é por isso aceitável, que o sacrifício de muitos, e as falências a vários níveis, sirvam apenas para dar este poder a pessoas, que o seu único objetivo é o maior lucro de forma fácil!

Não basta aos Governos gritarem pela necessidade de criar postos de trabalho, para depois, quando confrontados com a força dos milionários logo cederem à eliminação de postos de trabalho, mesmo em áreas como esta.





Esta não é uma atividade qualquer, nem uma normal indústria de um qualquer Concessionário de Jogo. NÃO! Esta é uma atividade que exige grande responsabilidade do Governo. E é ao Governo que compete legislar, não permitindo que os Concessionários imponham em cada Casino a sua Lei. É urgente rever a forma como são atribuídas as Concessões de Jogo e as suas regras. Não é aceitável, que esta atividade, numa Sociedade com tantas carências a vários níveis, como, Hospitais a serem fechados, Tribunais a serem fechados, escolas que foram fechadas, tantos apoios sociais que foram cortados, e, tantos jovens que foram obrigados a emigrar por falta de apoios a vários níveis, continue a ser gerida desta forma.

O STSJ não se resigna a ficar indiferente perante a indiferença do Estado com a grandeza desta questão. Por aqui passam muitos milhões retirados à Sociedade e é urgente estudar como devem esses milhões regressar à Sociedade, de forma a reparar os danos causados.

Ao Estado compete proteger os seus cidadãos. Não se pode aceitar, que um chefe de família, ou outro cidadão qualquer peça, por vontade própria, que lhe seja vedado o acesso ao Jogo, e que o Estado não crie os meios eficazes para que essa vontade seja respeitada.

Os Concessionários têm um propósito claro: transformar os Casinos em verdadeiros pavilhões de jogo, sem regras, desclassificando os seus trabalhadores, transformando-os em “faz-tudo” sem profissão certa, oferecendo trabalho precário para que a aceitação da exploração seja total. Cada Concessionário impõe a sua lei, para quem o serviço de inspeção de Jogos, não passa de meros funcionários ao serviço desta lógica, e a quem se deve a responsabilidade pelo desrespeito a que estão votados.

O STSJ apela ao rápido restabelecimento do serviço de Identificação para que se possa aceder à prática do jogo, e garantir que todos os “proibidos” e menores não possam aceder pelos diversos motivos, a uma prática que lhes está vedada. É urgente implementar um serviço de Inspeção de Jogos independente e isenta dos interesses que campeiam pelos Casinos, que obrigue os Concessionários de Jogo, (tal como está na lei) a dotar os quadros de pessoal do Jogo de Máquinas, Jogo Tradicional e Bingos, do número de funcionários que permita um atendimento de qualidade, respeitando os trabalhadores e os seus conteúdos funcionais.





Não é aceitável que os Casinos tenham ao seu serviço trabalhadores contratados à “peça”, sem qualquer vínculo à Empresa, sem direitos, sem qualquer garantia de um mínimo de estabilidade que a condição humana impõe, competindo com outros trabalhadores sujeitos às regras de Jogo, permitindo-se um conjunto de comportamentos marginais que desrespeitam de forma grosseira as regras do Jogo e lesam de forma grave deveres constitucionais, com as quais o serviço de Inspeção de Jogos pactua em total obediência aos Concessionários de Jogo.

Ao Estado compete legislar com coragem e rigor, não permitindo que os Casinos se transformem em autênticos pavilhões de jogo, passando uma errada mensagem aos jovens, que o Jogo é uma forma de vida. Esta atividade, pela sua grandeza, e pelo impacto que tem na Sociedade e na economia real, exige dos Organismos de Soberania e da Sociedade em geral uma cuidada atenção por forma a não permitir estragos irreparáveis.

O STSJ não deixará de estar (como é seu dever) atento e, não deixará de denunciar todos os atropelos que têm sido cometidos pelos Concessionários de Jogo, que continuam empenhados em prosseguir com total cumplicidade do Turismo de Portugal e do seu serviço de Inspeção de Jogos.

É tempo de respeitar quem trabalha e de promover uma sociedade assente em valores onde a promoção e a implantação do vício não seja um meio legítimo para o avolumar do lucro. É tempo de ponderar no mal que estamos a fazer à juventude. É tempo de olhar bem para os casinos portugueses.

